

TESSITURAS QUE PRODUZEM CONHECIMENTOS PARA A ÁREA DE ENSINO DE HISTÓRIA:
MEMÓRIAS, SENSIBILIDADES E DECOLONIALIDADE

TEXTURES THAT PRODUCE KNOWLEDGE FOR THE AREA OF HISTORY TEACHING: MEMORIES, SENSIBILITIES AND
DECOLONIALITY

João Batista Gonçalves Bueno *
joaobgbueno@hotmail.com

RESUMO: Este artigo integra as reflexões relativas às pesquisas sobre ensino de História, partindo do estudo temas que tiveram como objetivo a positivação das experiências históricas, das sensibilidades e das tradições dos diversos grupos sociais de várias cidades do interior do estado da Paraíba. Dentre os grupos sociais estudados destacamos a comunidade de negros quilombolas de Gurinhém; os povos originários brasileiros de Baía da Traição; as mulheres sindicalistas e os trabalhadores rurais de Alagoa Grande e Cubati e a comunidade do Movimento dos Sem-Terra (MST), do assentamento Zumbi dos Palmares de Mari. O estudo destas comunidades resultou na construção de saberes históricos-educacionais interculturais, os quais oportunizaram a criação de compreensões diferenciadas sobre elas. Essas pesquisas estabeleceram diálogos com os conceitos de memória, de patrimônio histórico e de decolonização do saber, do poder e do ser. Utilizamos como referenciais teóricos os seguintes autores: Walter Benjamin, E. T Thompson, A. Quijano e E. Dussel.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História, Interdisciplinaridade, Decolonialidade.

ABSTRACT: This article integrates the reflections related to research on the teaching of History, starting from the study of themes that had as objective the positivization of historical experiences, sensitivities and traditions of different social groups in several cities in the interior of the state of Paraíba. Among the social groups studied, we highlight the black quilombola community of Gurinhém; the native Brazilian peoples of Baía da Traição; women unionists and rural workers from Alagoa Grande and Cubati and the community of the Movimento dos Sem-Terra (MST), from the Zumbi dos Palmares de Mari settlement. The study of these communities resulted in the construction of intercultural historical-educational knowledge, which allowed the creation of different understandings about them. These researches established dialogues with the concepts of memory, historical heritage and the decolonization of knowledge, power and being. We used the following authors as theoretical references: Walter Benjamin, E. T Thompson, A. Quijano and E. Dussel.

KEYWORDS: History Teaching, Interdisciplinarity, Decoloniality.

Neste artigo, apresento algumas reflexões relativas às pesquisas sobre ensino de História que foram desenvolvidas pelos integrantes do grupo de pesquisas do CNPQ *História, Memória e Educação* – seção Rastros-PB. Este grupo reúne meus orientandos do Programa de Pós-Graduação Profissional em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba (PPGPFP/UEPB) e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH/UFPB). Apresento algumas das produções que tiveram como proposta a elaboração de materiais e atividades didáticas relacionados às práticas de ensino de História.

* Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III – Guarabira/PB.

Discuto o conteúdo de cinco dissertações que já foram concluídas e apresento o resultado de um projeto de pesquisa que foi financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ). Todas as investigações produziram entendimentos sobre temas que tinham como objetivo a positividade das experiências históricas, das sensibilidades e das tradições dos diversos grupos sociais de várias cidades do interior do estado da Paraíba. Dentre os grupos sociais estudados, encontramos a comunidade de negros quilombolas de Gurinhém, os povos originários brasileiros de Baía da Traição, as mulheres sindicalistas e os trabalhadores rurais de Alagoa Grande e Cubati, e a comunidade do Movimento dos Sem-terra (MST), do assentamento Zumbi dos Palmares de Mari.

O estudo dessas comunidades resultou na construção de saberes históricos-educacionais interculturais, os quais oportunizaram a criação de compreensões diferenciadas sobre estas comunidades. Revelaram-se culturas que eram singulares e que estabeleciam contatos com outras culturas. Formam, dessa maneira, um conjunto de investigações que envolveram as áreas de ensino de História na relação com os conteúdos das disciplinas de Educação Física, de Geografia e de Pedagogia. Essas pesquisas objetivaram produzir saberes histórico-escolares que pudessem estabelecer diálogos com os conceitos de memória, de patrimônio histórico e de decolonização do saber, do poder e do ser (QUIJANO, 2005; DUSSEL, 1996).

O desenvolvimento dos estudos se deu com a participação dos pesquisadores junto com os professores de diferentes disciplinas das escolas básicas das cidades onde as pesquisas estavam sendo realizadas. Formaram-se equipes de trabalho que se responsabilizaram por construir conjuntamente as atividades didáticas colocadas em prática de sala de aula, as quais procuravam estabelecer relações entre o tempo passado e o presente por um processo de iluminação recíproca. Isto é, as atividades criadas propunham que os estudantes elaborassem correspondências entre os problemas sociais vividos por eles no presente e as experiências vividas no passado pelas diferentes comunidades estudadas. Esse tipo de abordagem, que relacionava tempos diferentes, teve como objetivo alterar as formas de entendimento do presente e do passado, não mais como tempos vazios e homogêneos, mas como tempos preenchidos pelo “Agora” (BENJAMIN, 2012). Além disso, as atividades de ensino problematizaram os processos de criação de identidade, discutiram os problemas do racismo, os conflitos por direitos às propriedades da terra e as demandas relacionadas à luta pelos

direitos das classes trabalhadoras. Por isso, as pesquisas se concentraram na produção de análises que valorizaram a diversidade social paraibana e que puderam ser estudadas nas relações com os conteúdos curriculares da disciplina de História e de outras disciplinas.

Apresentarei inicialmente duas dissertações que trabalharam fundamentalmente a partir do conceito de memória. A dissertação elaborada por Silvano Fidelis de Lira foi defendida em 2015, pelo PPGH- UFPB, com o tema: “Memórias e sensibilidades, as poéticas do contar-se: Uma história dos campos e motores de agave (Cubati, PB 1950 – 1980)”. Esse estudo registrou as lembranças de trabalhadores rurais que se dedicavam à colheita do agave e que eram moradores da cidade de Cubati-PB. Essas memórias revelaram as crenças, as tradições e as sensibilidades relativas às experiências de trabalho nos campos de agave, bem como no motor que desfiava as fibras dessa planta.

No período aproximado, que vai dos anos iniciais de 1950 até os anos finais de 1980, Cubati-PB passou a ser um importante centro produtor de agave. Essa planta, que cobriu os campos do sertão paraibano, tinha origem mexicana e sua exploração foi muito utilizada para a produção do sisal¹. Silvano Lira nos apresentou a vida de pessoas comuns que viveram entre as três décadas que marcaram o auge da produção deste produto. A pesquisa sobre as memórias foi cotejada com as histórias impressas nos cordéis da época, revelando, dessa maneira, os modos de convivência entre as pessoas nas pequenas cidades, os sentimentos, as crenças e as experiências vividas pelos trabalhadores do agave.

Segundo Lira:

Por trás de todo esse processo que é econômico, sobretudo, existiam vidas, sentimentos, personagens que ficariam muitas vezes anônimos diante dos acontecimentos, pessoas que naquele contexto não passavam, para seus patrões, de mão de obra, de força motriz para a ascensão econômica. Pessoas que ocupavam outros espaços, que estabeleciam relações sociais e afetivas não com os comerciantes, com os padres, com as mulheres da sociedade, mas que forjavam, dentro de um espaço de trabalho relações com os seus semelhantes, com outros trabalhadores que partilhavam da rotina, da vida, das alegrias e das tristezas (LIRA, 2015, p. 25).

Nesse sentido, as memórias sobre as experiências vividas no trabalho revelaram a existência de vivências repletas de significados, que tinham origem em crenças e tradições e que faziam parte da herança cultural que se relacionava às tradições do passado dessas

¹ Do agave é produzido o sisal, que era uma fibra muito valorizada na época, e era utilizada para produção de diferentes produtos de tecelagem.

comunidades. Silvano Lira nos revela, também, diferentes experiências coletivas, que valorizavam a ideia do viver dentro do grupo social, e que extrapolavam os problemas relativos à exploração dos trabalhadores pelos grandes fazendeiros. Dessa forma, ele propõe respostas para as seguintes questões em relação às pessoas entrevistadas: como se davam as relações interpessoais? Quais eram seus valores? Que preconceitos eles tinham? Como se organizavam para suas festas? Como se davam as suas religiosidades?

Esse estudo abriu várias possibilidades para que os professores de História da cidade de Cubatí pudessem se aproximar de aspectos correspondentes da vida no presente dos estudantes das escolas básicas. Nesse caso, os professores solicitaram que os alunos registrassem as memórias de seus familiares mais velhos (pais e avós) que tinham alguma lembrança sobre o tempo de exploração do agave na cidade. Assim, foi possível estabelecer relações entre as memórias dos familiares dos estudantes e as memórias registradas pela pesquisa de Silvano Lira. E foi a partir desse movimento, que os professores introduziram os temas relativos à História do Brasil das décadas de 1940 a 1980. Foram construídas correspondências entre as vivências das pessoas no presente e os tempos de que as memórias se referiam. Procurando, dessa forma, criar significados no presente sobre os modos de vida das pessoas e os tipos de exploração de trabalho que ocorrem na atualidade. Foram realizadas atividades que possibilitaram que fossem construídas diferentes relações entre as várias políticas implementadas para o desenvolvimento da agricultura na Paraíba, ocorridas entre o final do governo de Getúlio Vargas, durante o governo de Juscelino Kubitschek, assim como durante as crises econômicas da década de 1970 na Ditadura civil-militar.

A dissertação de Marta de Oliveira Barros, defendida em 2016 pelo PPGFP- UEPB, se intitulou: “Memórias de idosos quilombolas como recurso didático: escola básica do quilombo de Matão-PB”. Nesse trabalho, a autora fez a coleta, o levantamento e a sistematização das memórias dos idosos da comunidade quilombola do Matão, localizada no município de Gurinhém, no agreste paraibano. Essa pesquisa registrou as memórias dos idosos da comunidade quilombola para elaboração de atividades didáticas de ensino de História e Geografia que seriam associados aos conteúdos curriculares da escola básica pertencente ao quilombo. Além disso, lançou mão das memórias dos idosos para o desenvolvimento do sentimento de identidade das crianças negras quilombolas, pois esse sentimento estava deixando de existir entre elas. As lembranças reveladas pelo trabalho de Marta Barros se

mostraram repletas de significados, de saberes, de registros de movimentos de resistências ao racismo e diziam muito sobre as lutas pela propriedade da terra que fizeram parte do passado desta comunidade.

Os professores que tiveram acesso a essas memórias criaram exercícios, por uma perspectiva intercultural, que expunham as relações e os choques culturais existentes entre a comunidade quilombola e a cultura branca prevalecente na cidade de Gurinhém e nos arredores do quilombo. Essas atividades didáticas também fizeram referência e estabeleceram relações com os conteúdos de História e Geografia dos livros didáticos. Criaram-se, dessa forma, contraposições entre os saberes registrados pelas narrativas das memórias e os conteúdos didáticos que tradicionalmente apresentam os negros apenas como escravos. As memórias do passado dos idosos da comunidade ao serem introduzidos como conteúdos curriculares permitiram o desenvolvimento de atividades significativas, que se aproximavam das vivências cotidianas dos estudantes, as quais possibilitavam a perspectiva de posituação étnico-racial.

Vemos nesses dois trabalhos que o conceito de memória foi central para a produção das investigações, as quais eram desenvolvidas por esses pesquisadores do grupo Rastros-PB. Em relação ao conceito de memória, aproximamo-nos das concepções elaboradas por Nora (1993) e Le Goff (1990), entendendo que elas informam sobre as relações plurais de poder, e por isso, são imbricadas de apagamentos e de silêncios produzidos por diferentes práticas sociais.

Nessas produções de conhecimentos histórico-escolares, também fomos inspirados pelo pensamento de Walter Benjamin, pois colocamos em diálogo as narrativas baseadas nas memórias das famílias dos estudantes com as memórias registradas pelos pesquisadores nas suas dissertações. A partir dessa perspectiva, dentro do espaço escolar, foi possível estabelecermos correspondências entre tempos diferentes a partir das lembranças, pois as diversas memórias expressavam as experiências vividas, as sensibilidades, os movimentos de resistência e os esquecimentos. E, foi por meio delas, que pudemos entrecruzar diferentes temporalidades (passado/presente/futuro) produzindo questionamentos que expressavam diversas percepções de mundo. Nesse sentido, concordamos com Galzerani, quando dialoga com os conceitos de memória produzidos por Walter Benjamin:

Ou seja, rememorar para Benjamin é um ato político, com potencialidades de produzir um “despertar” dos sonhos, das fantasmagorias, para a construção das utopias. Despertar que possibilita trazer imagens do passado vivido, como opção de questionamento das relações e sensibilidades sociais, como uma busca atenciosa relativa aos rumos a serem construídos, sobretudo, no presente. Benjamin articula o conceito de memória ao de narrativa. A memória é por ele concebida como a transmissão de saberes entre as gerações, fundada na circulação coletiva de tradições, de sensibilidades, na aceção plural de verdade, na relação do narrado com o vivido, na dimensão mais ampla de ser pessoa (portadora de consciência e inconsciência), e, sobretudo, na recuperação da temporalidade (GALZERANI, 2021, p. 98).

Assim, as memórias puderam criar sentidos para a História ensinada nas escolas, pois os estudantes reconheceram que as experiências das pessoas no presente sempre eram permeadas por várias questões que se originaram no passado. Após compreenderem isso, abriram-se possibilidades para a criação de relações entre as Histórias dos locais com a macro História que é apresentada pelos livros didáticos.

A dissertação produzida por André Luís de Freitas Oliveira, em 2019, pelo PPGFP da UEPB, se intitulou “Educação Física e Currículo: possibilidades de (re)significação da cultura corporal do povo Originário Potiguara-PB”. Partindo dos estudos da decolonialidade e da interdisciplinaridade, André discutiu e colocou em prática diferentes formas de organização dos currículos da disciplina de Educação Física em uma escola indígena. Estabelecendo, dessa forma, diálogos entre diferentes disciplinas, que partiram principalmente dos saberes históricos relativos às memórias dos povos originários que viveram na Paraíba. Estes estudos foram realizados em uma escola básica chamada “Cacique Iniguaçu”, que se localiza na reserva indígena da cidade de Baía da Tradição-PB.

Nesse trabalho se abriram possibilidades para a (re)significação da história da cultura corporal e da prática da Educação Física indígena, por uma perspectiva que partia da História local (MELLO, 2015) no diálogo com a História apresentada pelos livros didáticos. Ao fazer isso, esse autor problematizou os conteúdos que eram estudados tradicionalmente na escola, introduzindo no currículo os temas relacionados à cultura indígena e da História do local. Essa pesquisa fortaleceu as origens étnicas-históricas e a identidade do Povo Indígena Potiguara. Também revelou que foi preciso estabelecermos relações metodológicas interdisciplinares para abordarmos o conceito de decolonialidade.

Atualmente, na área de ensino de História essa discussão é muito valorizada. Vemos que existem diferentes discussões que questionam e produzem alternativas para pensarmos, entendermos e colocarmos em prática as versões decoloniais dos saberes histórico-escolares. Nesse sentido, apresento aqui três questões que surgiram quando trabalhamos com esse conceito: perguntamos, primeiramente, “como os temas decoloniais se contrapunham aos conteúdos estabelecidos pelas propostas curriculares brasileiras das diferentes disciplinas escolares”? Além disso, “quais seriam as alternativas para a criação de conteúdos didáticos não eurocêntricos”? E a terceira dúvida tratava da definição de “quais seriam as fontes documentais que precisávamos lançar mão para a construção dos currículos decoloniais”?

Como afirmamos acima, entre os pesquisadores decoloniais, não existe um consenso sobre quais seriam os caminhos para introduzirmos os conteúdos curriculares não eurocêntricos no trabalho de sala de aula. No nosso caso, partimos da ideia de que era preciso percebermos que as formas de organização, seleção e valorização dos conteúdos que são trabalhados nas diferentes disciplinas tem historicidade, e essas escolhas não são neutras. Sabemos que as sequências de conteúdos didáticos apresentados pelas propostas curriculares oficiais brasileiras sofreram poucas variações desde o século XIX e permanecem valorizando os saberes eurocêntricos.

Por isso, procuramos entender como os conteúdos curriculares, que são estudados nas escolas, estabelecem, até hoje em dia, condições hierárquicas entre os diferentes tipos de seres humanos. Partindo dessa compreensão, construímos relações de confronto entre diferentes concepções de conhecimentos. Sabemos que as construções teóricas eurocêntricas reproduzem concepções de conhecimento binárias: civilizado/primitivo; desenvolvido/ não desenvolvido, rico/pobre. No nosso caso, criamos abordagens que se contrapunham a essas concepções binárias, problematizando as maneiras como se deram as organizações sociais e as formas diferenciadas de percepção de mundo dos povos originários.

Utilizamos como fontes documentais, tanto os conteúdos dos livros didáticos, como os registros das memórias dos idosos da comunidade indígena. E, foi por meio dessas lembranças que pudemos produzir reflexões que discutiam como os povos indígenas se relacionavam com a natureza, quais eram suas crenças e quais eram suas tradições. Assim, foi possível identificarmos muitos dos elementos que se revelaram como seu, dentro do processo

de ocupação do espaço pela comunidade e como os idosos percebiam as paisagens ao seu redor.

Essa pesquisa possibilitou a criação de sequências de conteúdos curriculares decoloniais, tanto de Educação Física como de História, que oportunizaram a criação de discussões e atividades corporais dentro da escola, as quais tratavam de experiências de vida dos povos originários. Foram discutidas as seguintes questões pelas duas disciplinas: de que forma as pessoas da comunidade ocupavam os espaços? Como eram os sons que ressoavam nos povoados? Como realizavam os processos de produção de alimentos ou dos produtos necessários à sobrevivência? Quais eram suas esperanças e suas motivações? Que fracassos tiveram? Que lutas perderam? O que eles percebiam que havia desaparecido da comunidade?

Foram registrados também, as memórias dos movimentos corporais da comunidade. Permitindo, assim, que fossem criadas atividades de Educação Física que reproduziam exercícios corporais contextualizados e históricos, ou seja, relacionados ao trabalho da pesca, das danças, das brincadeiras, das competições e das cerimônias coletivas.

A dissertação elaborada por Gercimária Sales da Silva, **foi** intitulada “Educação patrimonial: ação educativa na Casa Museu Margarida Maria Alves – Alagoa Grande, PB”, sendo defendida em 2019, pelo PPGFP. Esse trabalho propôs desenvolver processos de educação patrimonial para a construção de versões da História do local, a partir da elaboração de atividades de sensibilização na Casa Museu Maria Margarida Alves. Esse estudo foi desenvolvido com professoras que faziam parte da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental I - Instituto Desembargador Severino Montenegro, de Alagoa Grande, no estado da Paraíba. A sede desse museu é a casa onde morou Margarida Maria Alves. Esta mulher foi uma das presidentes do sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande. Ela ficou nacionalmente conhecida, nos anos finais da ditadura civil-militar, pela sua liderança nos movimentos de trabalhadores e por ter sido brutalmente assassinada por fazendeiros de Alagoa Grande. Na Casa Museu estão guardados os bens pessoais dessa sindicalista, além de jornais, de fotografias e de cópias escritas de seus discursos.

Gercimária partiu da constatação de que as professoras trabalhavam em sala de aula, somente narrativas históricas que valorizavam o papel das elites locais no desenvolvimento da cidade. Assim, para se contrapor a essa interpretação tradicional da História do local, a pesquisadora em parceria com as professoras e seus estudantes produziram outras narrativas

que traziam versões do passado por diferentes pontos de vistas. Narrativas essas, que nunca tinham sido contadas, pois eram histórias de como as pessoas comuns viviam na cidade.

O processo de construção de conhecimento histórico–escolar aconteceu em diferentes etapas. Inicialmente, a pesquisadora e as professoras fizeram o reconhecimento e a identificação de uso dos objetos domésticos e pessoais da sindicalista que estava no acervo da Casa Museu. Além disso, elas discutiram quais eram os objetivos, as intenções e que tipos de mensagens estavam registradas nos documentos escritos pertencentes a essa instituição. Foram, então, propostas atividades que estimulavam a realização de leituras a contrapelo de todas essas evidências históricas. A partir dessas etapas, Gercimária propôs a realização de atividades de registro de memórias, das professoras e dos familiares de seus estudantes, que se relacionavam ao tempo vivido pela sindicalista. Surgiram então, muitas narrativas que associavam os modos de vida das pessoas comuns com o cotidiano da vida da sindicalista; bem como, foi possível a criação de correspondências com as experiências de como as pessoas do meio rural ainda vivem hoje em dia nesta cidade.

Ao articular os documentos do museu com as memórias de infância das professoras e dos familiares dos estudantes, a pesquisadora criou correspondências entre tempos distintos possibilitando processos de significação relacionados ao modo de vida dos trabalhadores rurais, suas lutas diárias pela sobrevivência, e os processos de violência que muitas vezes esses trabalhadores são expostos.

Nesse sentido, os estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa revelaram diferentes experiências de produção de conhecimentos históricos-educacionais, pelos quais, criaram-se relações de correspondências entre o tempo presente e o passado. Acredito que isso foi possível, pois ao trabalharmos com as memórias que contavam versões da História de vida da sindicalista, oportunizamos a rememoração de Histórias de pessoas comuns, as quais pertenciam às camadas sociais formadas por sujeitos pobres e que sempre foram excluídos das narrativas históricas das cidades. Foi por meio desta pesquisa, que as memórias desse grupo social puderam ser contadas dentro da escola. Além disso, esse estudo facilitou a construção de processos de ensino-aprendizagem que criaram relações entre tempos históricos distintos. Possibilitando, assim, o tecer da trama histórica na qual reconhecemos a existência de fios que ligam o passado e o presente. Isto é, reconhecemos as formas como se

deram a explorações dos trabalhadores do passado e que têm relações com as que ainda encontramos no presente.

Por essa razão, ao utilizarmos as memórias para a produção de conhecimentos históricos escolares e para o ensino de História, percebemos que os corpos das pessoas transitam por espaços determinados, criando redes simbólicas que são expressas por diferentes representações do real. E essas redes produzem desde valorizações, até ressignificações sobre as relações de trabalho, sobre as classes sociais, sobre os sentidos de existência e sobre os nomes dos locais que têm um significado dado pela cultura local.

A dissertação escrita por Francisco Alves Cordeiro Neto, apresentou o título: “A construção escolar de saberes geográficos a partir da investigação do cotidiano do assentamento Zumbi dos Palmares em Mari- PB (2018-2019)”. Neste trabalho o pesquisador construiu conhecimentos geográficos escolares na relação com as versões da história do local, por uma perspectiva interdisciplinar do ensino de Geografia e da História. O estudo ocorreu durante dois anos em duas turmas multisseriadas, que envolviam a formação de estudantes do 4º ano e do 5º ano, da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Zumbi dos Palmares. Essa escola está localizada dentro do assentamento de Terra do MST na cidade de Mari-PB.

Inicialmente, todos os professores da escola realizaram levantamentos e análises sobre os conteúdos que constituíam os capítulos dos livros didáticos. Isso foi feito para que houvesse a compreensão sobre quais eram os temas que diziam respeito às formas de ocupação da terra e a História das pessoas que viviam no espaço rural. Chegou-se à conclusão de que os livros valorizavam mais os aspectos relativos à ocupação do meio urbano e só traziam informações sobre os processos de crescimento das cidades. Ao mesmo tempo, os estudantes da escola foram estimulados para fazerem entrevistas com seus familiares. Essas entrevistas buscaram descobrir quais eram as memórias, que permanecem ainda entre as pessoas da comunidade, que tratam do tempo da implementação do assentamento do MST. E, como foram acontecendo as escolhas dos produtos agrícolas ou de pecuária que passaram a ser produzidos no assentamento. Essas entrevistas também revelaram registros de experiências de vida, que diziam sobre os saberes religiosos as tradições que eram mantidas na lida com a terra e os valores que existiam dentro do grupo de moradores do assentamento.

Todos esses assuntos foram escolhidos como temas geradores que foram colocados nos currículos para serem estudados na escola.

Tendo em mãos todos esses registros, os professores da escola, juntos com o pesquisador, foram instigados para criarem atividades didáticas baseadas nos temas geradores. Essas, por sua vez, contrapuseram-se ou estabeleceram relações com os conteúdos que constituíam os capítulos dos livros didáticos. Neste caso, foi elaborado um novo currículo escolar, que era formado por uma sequência de temas que oportunizaram a construção de processos de ensino-aprendizagem contextualizados com a realidade do local. Nesse sentido, esta pesquisa buscou entender e criar práticas de aulas de Geografia e de História que discutiram temas próximos às experiências de vidas das pessoas do assentamento. Todo esse processo educacional foi importante para a produção de significados em relação às experiências das vidas cotidianas dos estudantes. Por essa razão, concordamos com as concepções de Ausubel que entende que:

A essência do processo de aprendizagem significativa, tal como já se verificou, consiste no fato de que novas ideias expressas de forma simbólica (a tarefa de aprendizagem) se relacionam àquilo que o aprendiz já sabe (a estrutura cognitiva deste numa determinada área de matérias), de forma não arbitrária e não literal, e que o produto desta interação ativa e integradora é o surgimento de um novo significado, que reflete a natureza substantiva e denotativa deste produto interativo (AUSUBEL, 2003, pág. 71).

Sabemos que grande parte dos pesquisadores da área de ensino de História e do ensino de Geografia já elaboraram questionamentos sobre as versões, os valores e os conteúdos eurocêntricos que tradicionalmente são estudados nos currículos dessas disciplinas. Desde o século XIX permanecem, quase inalteradas, as reproduções de sequências de conteúdos curriculares que são ensinados e que se tornaram tradicionais no ensino de História e Geografia nas escolas fundamentais. Estabeleceram-se, desta maneira, permanências que priorizaram as visões científicas, racionais, objetivas e neutras destas disciplinas, as quais são herdeiras de concepções que estabeleceram o que deveria ser ensinado para as novas gerações sobre o passado e os processos de ocupação do espaço brasileiro.

Assim, mantiveram-se, e, mantêm-se ainda nos dias de hoje, no texto da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), listas de conteúdos históricos que valorizavam, e valorizam, a cultura europeia civilizada e civilizadora. Permanecem também, os conceitos que

evidenciavam, e evidenciam, as desqualificações dos sujeitos comuns, que na sua maioria são negros, indígenas ou seus descendentes. Dessa forma, fica fácil concluirmos que os conteúdos que são estudados nas escolas excluem as histórias, as memórias, os saberes e as lutas pela ocupação dos espaços realizadas por esses grupos tradicionalmente excluídos.

Por essa razão, todas as pesquisas que apresentei acima, propuseram estudar os conteúdos disciplinares de História, na relação com outras disciplinas, por uma perspectiva intercultural. E seguem na direção da criação de abordagens históricas que buscam valorizar saberes locais ou regionais, dialogando com os conceitos de decolonização do saber, do poder e do ser (QUIJANO,2005; DUSSEL, 1996). Nessa perspectiva, foram investigados diferentes temas que possibilitaram positivar as experiências, as sensibilidades, as tradições e as identidades dos diferentes grupos sociais que residem ainda hoje em dia nas cidades do interior da Paraíba. Revelou-se, dessa forma, como essas comunidades enfrentaram os processos violentos de apagamento cultural.

Os estudos por nós desenvolvidos partiram de percepções de mundo que valorizavam a diversidade social brasileira numa perspectiva de trazer a luz saberes que, até a poucas décadas atrás, eram considerados primitivos, inválidos e fadados à extinção. As pesquisas revelaram que esses saberes subalternos resultam da reelaboração de diferentes significações e tradições, bem como, possibilitam uma compreensão do mundo atual de forma mais ampla.

Todas as dissertações apresentadas neste artigo, também propõem possibilidades da implementação nas escolas da Lei nº 10.639/03 e da lei nº 11.645/2008. Com já é senso comum, essas leis estabeleceram que os currículos de ensino da História e de outras disciplinas das escolas básicas passassem a contemplar as temáticas relativas ao estudo das Culturas Afro-brasileiras, Africanas e indígenas. Esse documento teve claramente o objetivo de valorizar ações afirmativas étnico-raciais, compreendendo que o modelo de educação intercultural é produzido pela relação horizontal entre os diferentes saberes culturas produzidas na sociedade.

Discuto, finalmente, o projeto de pesquisa que foi financiado pela FAPESQ e que teve a participação de todos os membros do grupo Rastros-PB. Este projeto intitulou-se “Ensino de História: o estudo das práticas de ensino utilizando documentos judiciais, periódicos

impressos e narrativas orais”². A investigação propôs refletir acerca das potencialidades do uso didático de documentos históricos provenientes do Poder Judiciário Trabalhista da região de Guarabira - PB. Foram pesquisados documentos pertencentes ao acervo do arquivo do Núcleo de Documentação Histórica da UEPB (NDH -UEPB), os quais foram cotejados com periódicos impressos (jornais e revistas) e as memórias dos familiares dos estudantes.

Esse estudo procurou compreender as possibilidades de uso dos processos da Justiça do Trabalho, quando associados a outros documentos e a lembranças, para o desenvolvimento de práticas de ensino de História nas escolas básicas da região de Guarabira-PB. Além disso, contribuiu para a formação continuada dos professores da Educação Básica nos vínculos existentes entre as produções historiográficas e os saberes históricos educacionais. Fortalecendo, desta forma, a dimensão pessoal e coletiva dos sujeitos históricos envolvidos nas produções das práticas de ensino de História e afirmando a existência de perspectivas racionais e sensíveis, tanto no ato da produção de novos conhecimentos, como nas suas potencialidades de ação educativa.

Fizemos diferentes levantamentos bibliográficos e percebemos que inexistem pesquisas relativas às práticas de uso articulado destes tipos de documentações para fins didáticos destinados para uso nas escolas básicas. É senso comum que os livros didáticos trazem impressos nas suas páginas, há muito tempo, fragmentos de documentos históricos que servem para fundamentar os textos explicativos dos seus capítulos. Os documentos históricos também aparecem nos enunciados dos exercícios que devem ser resolvidos pelos estudantes. Normalmente, são registros escritos do passado em forma de fragmentos de artigos de jornais e revistas, ou de referência de sites da internet, ou então, são imagens visuais de diferentes suportes.

Não encontramos nenhuma pesquisa que utilizasse os processos da Justiça do Trabalho, na relação com as memórias e a outros tipos de registros do passado, para o desenvolvimento de práticas de ensino de História. Por isso, a produção dessa investigação contribuiu, entre outras coisas, para a elaboração de saberes histórico-escolares referentes à utilização destes tipos de fontes históricas para uso didático no ensino básico. Além disso, a partir dessa pesquisa expandimos o entendimento sobre os processos de ensino-

² Este projeto foi financiado pela Fundação de apoio à pesquisa da Paraíba (FAPESQ) em cumprimento do edital 005/2018.

aprendizagem relativos à criação de correspondências temporais entre o presente e o passado. E, pudemos articular versões históricas que tratavam de fatos que ocorreram no passado do local para associá-los por aproximações ou por contraposições com às versões da História do Brasil. Assim, compreendemos como os usos dessas documentações puderam potencializar a produção de diferentes saberes históricos-educacionais.

Realizaram-se atividades de pesquisa relativas à localização, sistematização, organização e proposição de métodos de gerenciamento dos processos judiciais trabalhistas da Região do Brejo Paraibano, do período representativo as duas décadas finais do século XX. Todos os trabalhos de investigação contaram com a participação, além dos pesquisadores do grupo, de duas professoras de História de escolas básicas, de quinze graduandos bolsistas do Programa de Iniciação à Docência³ (Turma PIBID- 2018/2019), e de um estudante do Projeto de Iniciação científica (Pibic-UEPB). Os participantes atuaram, durante os anos de 2018 a 2019, em três escolas de nível fundamental e médio localizadas na cidade de Guarabira - PB⁴. Tanto, os pesquisadores, as professoras e os bolsistas do PIBID e PIBIC, também foram os responsáveis pela seleção, registro e catalogação dos diferentes documentos da Justiça do Trabalho que se encontravam NDH da UEPB. Assim como, responsabilizaram-se por articular e fazer o levantamento, junto com os estudantes das escolas, de documentos de jornais ou revistas locais e das memórias dos familiares desses jovens.

O conjunto de atividades explicitadas nos planos de aula elaborados no desenrolar do projeto revelaram que foram produzidos saberes históricos originais, os quais se vincularam às concepções da cultura escolar (JULIA,2001; VINCENT,2001). Portanto, as versões e explicações históricas produzidas pelos professores e estudantes não foram

³ O Pibid é um programa de formação docente financiado pela Capes.

⁴ Participaram do projeto a professora Severina Gomes da EEEFM Monsenhor Emiliano Cristo – Polivalente e a professora Maria de Fátima Amâncio da EEEFM PROF JOSE SOARES DE CARVALHO. Os dois colégios se encontram na cidade de Guarabira – PB. Os estudantes bolsistas da Capes e pertencentes ao PIBID foram: José Thiago da Silva Santos, Francileide Rodrigues dos Santos, Israel dos Santos Silva, Eduardo Nascimento Silva, Wellington Pereira da Silva, Jardel Pereira da Trindade, Carla Nayara Vasconcelos, Lucicleide Ferreira Pessoa, Rodrigo de Souza Santos, Roberto José da Silva, Bruno Barreto Alves da Silva, Cilene Pereira Maximiano, Matheus Abdon Fonseca, Nereu Santana Silva. O estudante bolsista do PIBIC- UEPB foi Mateus Ítalo Almeida Silva.

derivadas e não se caracterizaram pela simples transposição dos métodos e técnicas utilizados como instrumentos da produção historiográfica.

Percebemos claramente essa questão, no momento que surgiram questionamentos e dificuldades para a utilização didática dos documentos que eram provenientes dos processos trabalhistas. Isto porque os objetivos da elaboração das atividades de ensino-aprendizagem estavam centrados na ideia de que as narrativas encontradas nos registros jurídicos serviriam como estimuladores das interações entre conhecimentos históricos. Além disso, participariam como fontes para a elaboração de problematizações que podiam ser associadas às experiências narradas pelas memórias dos familiares dos estudantes (FREIRE, 2004) e às narrativas encontradas nos artigos de jornais.

Ao analisarmos os documentos oficiais, percebemos que esses tinham sido escritos por uma linguagem jurídica e específica da área do direito, e isto seria uma barreira que dificultaria os processos de leitura desses textos pelos estudantes. Por isto, essa característica linguística constituía um problema que inviabilizava o uso dos documentos primários no formato original. Sendo, portanto, necessária a realização de uma recriação ou uma transcrição, das histórias que foram narradas nos processos judiciais, para uma linguagem adaptada à idade e ao vocabulário corrente utilizado pelos estudantes. Compreendemos que a linguagem didática, que foi criada a partir dos documentos, constituía um processo de adaptação das informações encontradas no documento original e isto não inviabilizava seu uso para o ensino de História. Mas revelava que existiam diferenças metodológicas entre a produção dos saberes históricos educacionais e os métodos de manipulação das informações documentais que são realizadas pelos historiadores.

As metodologias de ensino-aprendizagem desenvolvidas prezaram pela criação de abordagens pedagógicas socioculturais, as quais foram pensadas para que os estudantes participassem como elaboradores e criadores do conhecimento histórico. E nesse sentido, concordamos com as concepções sobre ensino de História idealizadas por Bittencourt, que acredita que o objetivo de uso de documentos históricos nas aulas de História está centrado no desenvolvimento da, “(...) uma autonomia intelectual capaz de propiciar análises críticas da sociedade em uma perspectiva temporal” (BITTENCOURT, 2011, p.327,328).

Concordamos com esse pensamento, pois as análises e críticas produzidas pelos professores e pelos estudantes das escolas oportunizaram a criação de significados para

questões presentes na vida dos estudantes. Através das quais foram criadas diferentes interpretações relativas ao tempo, construindo relações de correspondência e significados para o presente dos estudantes, de maneira a articulá-los aos fatos ocorridos no passado. Além disso, a produção de significados para o estudo dos conceitos históricos curriculares possibilitou a criação de consciências indenitárias (HALL, 2006).

Partindo dessas documentações, os professores de História, os bolsistas e os estudantes passaram a criar hipóteses sobre as versões de História que poderiam ser contadas e que se relacionavam às reivindicações de registros de trabalho, às requisições de direitos trabalhistas e a equiparação salarial entre mulheres e homens. Além disso, levantaram questionamentos e criaram relações entre essas questões com as temáticas presentes nos conteúdos históricos curriculares dos livros didáticos. Essa experiência possibilitou que todos os envolvidos no descrito processo de ensino-aprendizagem percebessem que existiam relações de correspondência entre as formas de exploração do trabalho ocorridos no passado com as demandas trabalhistas que acontecem no presente.

Todas as investigações apresentadas neste artigo foram baseadas na ideia de que os currículos do ensino de História são organizados, tradicionalmente, para justificar os métodos de dominação colonial, expressando relações de classe, de raça, de gênero e de cosmovisão de mundo. E, por isso, os conteúdos curriculares e históricos que são ensinados para as jovens gerações têm produzido o apagamento das memórias dos grupos subalternizados que formam a sociedade brasileira. Em tais processos formativos, observamos que a seleção de conhecimentos históricos se articula a um conjunto de valores morais, éticos e estéticos que impõem determinados modos de entender e viver nas sociedades liberais modernas. Com base nesses fatos, ao proporem esse tipo de visão historiográfica, oportunizam os processos de idealização e de valorização dos modelos de formação das sociedades capitalistas euro-estadunidenses.

À vista dessas ideias, compreendemos que os conteúdos trabalhados atualmente na disciplina de História, estabelecem determinadas versões do passado e do presente que enfatizam a ideia de progresso. Idealizando perspectivas de futuro que indicam para uma única direção, os projetos neoliberais de sociedade.

Evidenciam, desta forma, processos de naturalização das relações sociais, os quais criam noções relativas à existência de acordos sociais que historicamente entendem que as sociedades ocidentais se estruturam por relações espontâneas e naturais.

Acreditamos, por outro lado, nas possibilidades da criação de abordagens históricas que valorizam diferentes narrativas, dialogando com visões locais e gerais, as quais possibilitam a criação de explicações críticas sobre problemas do presente. Por isso, podemos utilizar os registros de memórias, os patrimônios materiais e imateriais e diferentes tipos de documentos para a produção de outras versões da História do Brasil.

Todos esses estudos apresentados neste artigo, podem ser utilizados para a elaboração de atividades didáticas interdisciplinares. Especialmente, por produzirem atividades significativas para o presente dos estudantes das escolas básicas. Entendo também, que as práticas de aula que desenvolvem processos de criação de correspondência entre tempos distintos podem dar visibilidade para as experiências vividas pelos sujeitos que nunca tiveram suas histórias contadas (BENJAMIN, 2004, p. 284).

Portanto, as memórias dos sujeitos que vivem nas comunidades onde as escolas se localizam, podem contribuir para que os professores criem contraposições de pontos de vistas, podendo rever, dessa maneira, as ideias de progresso tão valorizadas pela modernidade capitalista. Além disso, as memórias ao serem utilizadas como instrumentos de ensino, permitem a criação de imagens do passado que trazem à luz formas distintas de percepções de mundo, as quais se diferenciam das maneiras de entender que o sistema capitalista se apresenta como única opção para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas

Mas as memórias também podem ser entendidas dentro do processo da modernidade capitalista que aprofundou a diferenciação entre o passado e o presente. O referido fato foi provocado pelo desenvolvimento das relações de consumo que passaram a valorizar a aquisição de produtos sempre novos pelos indivíduos. Nesse sentido, concordamos com Walter Benjamin que percebe que na modernidade capitalista acirrou os processos de consumo de mercadorias, que passaram a se caracterizar pelo “novo sempre igual” (BENJAMIN, 2012, p.13).

Compreendemos, portanto, que a sala de aula é o espaço privilegiado no qual o professor pode produzir conhecimentos histórico-escolares, partido da construção de correspondências entre o presente e o passado. É na sala de aula que são reveladas diferentes ideias, as quais podem gerar variadas respostas para as seguintes questões: o que ensinar na disciplina de História? Como ensinar que a vida das pessoas sofre modificações durante o passar do tempo? Ademais, o porquê ensinar História é importante para criarmos significados diferentes sobre os problemas que vivemos no presente?

As respostas para essas questões não são fáceis e nem únicas...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSUBEL, David. P. *Aquisição e retenção de conhecimentos: Uma perspectiva cognitiva*. Lisboa: Plátano, 2003.
- BARROS, Marta Oliveira. *Memórias de idosos quilombolas como recurso didático: escola básica do quilombo de Matão-PB*. Dissertação (Mestrado Profissional em Formação de Professores), Universidade Estadual da Paraíba, Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2016.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.
- DUSSEL, Enrique. *Filosofia de la Liberacion*. Bogotá: Editorial Nueva America, 1996.
- CORDEIRO NETO, Francisco Alves. *A construção escolar de saberes geográficos a partir da investigação do cotidiano no assentamento Zumbi dos Palmares em Mari- PB (2018-2019)*. Dissertação (Programa de Pós- Graduação Profissional em Formação de Professores- PPGPPF) - Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2020.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Memória, História e (re)invenção educacional: uma tessitura coletiva na escola pública. IN: KOYAMA, A. C.; GALZERANI, J. C.; PRADO, G. V. T. (org). *Imagens que lampejam: ensaios sobre memória, história e educação das sensibilidades*. Campinas, SP: FE/Unicamp, 2021.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LIRA, Silvano Fidelis de. *Memórias e sensibilidades, as poéticas do contar-se: uma história dos campos motores de agave* (Cubati, PB 1950 – 1980). 2015. 198f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa. *História local: contribuições para pensar, fazer e ensinar*. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n 10, 1993.

OLIVEIRA, André, Luís de Freitas. *Educação Física e currículo: possibilidades de (re) significação da cultura corporal do povo originário Potiguara*- PB. 201p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Profissional em Formação de Professores- PPGPPF) Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande- PB, 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, p. 227-278. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>

SILVA, Gercimária Sales. *Educação patrimonial: ação educativa no Museu Casa Margarida Maria Alves-Alagoa Grande/PB*. 168p. Dissertação (Programa de Pós- Graduação Profissional em Formação de Professores- PPGPPF) – Universidade Estadual da Paraíba, 2019.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; Thin, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*. p. 7-48, 2001.